

MARIA ISABEL JOÃO

Numa obra publicada em 1991, o professor Anthony Smith definia Nação como uma determinada população, que partilha um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum e direitos e deveres comuns a todos os membros¹. É uma definição, entre as muitas que têm sido dadas ao conceito, que tem a vantagem de sistematizar os aspectos estruturadores da identidade nacional. Vale a pena analisá-los mais detalhadamente, tendo presente o caso português.

1. Em torno da noção de território histórico

Portugal constituiu-se como Estado com fronteiras definidas e estáveis desde muito cedo. É um facto, geralmente, invocado para salientar a antiguidade da Nação portuguesa e a sua forte identidade. Contudo, os geógrafos e os historiadores têm chamado a atenção para a complexidade dessa realidade só na aparência simples. Orlando Ribeiro salientou o carácter dual do território português devido ao entrelaçar de influências atlânticas e mediterrânicas, seguindo uma linha de interpretação que remonta a autores do século XIX, como Andrade Corvo e Basílio Teles. Grosso modo, podem opor-se o Norte e o Sul², mas sem esquecer que a diferenciação do território é mais complexa e distingue o Norte atlântico do Norte interior, as planícies abertas e amenas das zonas montanhosas, de acesso mais difícil e austeras. O historiador José Mattoso corrobora esta análise e mostra como aos factores de diferenciação da sociedade medieval portuguesa se sobrepuseram vectores de integração que tornam possível, nas suas palavras, identificar um país. Esses factores são as transferências de população, o desenvolvimento económico e tecnológico, a criação de uma classe dominante e a organização do Estado, isto é, elementos móveis, dinâmicos e susceptíveis de mudança como tudo o que é humano.

É geralmente aceite que foi o desenvolvimento da faixa litoral que possibilitou a afirmação de uma individualidade política, no contexto da Península Ibérica. Esse processo ficou a dever-se às condições naturais mais propícias para o desenvolvimento da agricultura e a existência de rios navegáveis, penetrando o território perpendicularmente a costa, e a uma opção política da Coroa de virar costas a sua fronteira interior, ou seja, a Castela. Uma situação que o movimento histórico da expansão portuguesa viria a acentuar com a criação de um vasto Império disperso pelos quatro continentes, fragilmente ligado à metrópole pelo mar. Ao mesmo tempo, crescia a importância do litoral e a macrocefalia de Lisboa, como capital do Reino e do Império. Foi a concentração do poder, das riquezas e das classes privilegiadas em Lisboa que contribuiu para moldar a unidade do país, durante a Idade Moderna. Mas a afirmação do centro político e a unificação lenta e progressiva das populações sob um mesmo comando não foi linear e não excluiu a permanência de sociabilidades e de identidades que se estruturavam em torno de laços de dependência pessoais e do enraizamento em realidades de dimensão infra nacional, como são os concelhos.

É só na época contemporânea, na sequência da revolução liberal e da afirmação das ideologias nacionais, que as classes dominantes começam a proceder a uma sistemática unificação do território e das populações. O economista e historiador David Justino analisou a formação do espaço económico nacional, entre 1810 e 1913, outros autores têm abordado os aspectos do ordenamento jurídico, institucional e político do país. Noutra plano, os intelectuais liberais e românticos preocuparam-se em construir a própria ideia da Nação. Alexandre Herculano publica a *Portugaliae Monumenta Historica*, um acervo documental importante para a memória colectiva, e deixa inacabada a *Historia de Portugal*, onde apresenta uma genealogia da Nação expurgada do «mito de Ourique» e da identificação simplista dos portugueses com os primitivos lusitanos. Historiadores como Rebelo da Silva e Manuel Pinheiro Chagas continuaram a sua obra de construção da história nacional. Mas seja através da história, da literatura, dos estudos geográficos e, mais tarde, da etnografia e da linguística o que, afinal, está em causa é o conhecimento e a construção da identidade da Nação.

Assim, uma premissa aparentemente simples como a noção de um território histórico partilhado por uma população, um dado que muitos vêem como adquirido e imutável, torna-se muito complexa quando pensamos em termos históricos. O território nacional é uma construção humana que tem de ser vista na sua espessura temporal. Além disso, para poder ser apreendido como tal por todos nós, tem de ser representado e assimilado pelas populações. Ora, os conhecimentos e os instrumentos necessários para a sua representação só lentamente foram desenvolvidos. A sua penetração no imaginário das populações, que é indispensável para constituir um factor de identificação, passa pela escolarização e por outras

formas de acesso à informação, a par da mobilidade das populações e da possibilidade de viajarem pelo país.

A representação do território histórico da Nação, apesar de parecer um elemento relativamente objectivo, não é imune à ideologia. Todos estão recordados dos mapas do Estado Novo que representavam a «Nação una e pluricontinental» espalhando-se pelo mundo ou com o território das chamadas «provincias ultramarinas» sobrepondo-se ao mapa político da Europa para mostrar que Portugal não era um país pequeno. Qual o impacto que essa propaganda teve no imaginário das populações? Como é que actualmente os portugueses representam o país? É importante não esquecer que as ilhas atlânticas fazem parte do território nacional e, contudo, são frequentes os mapas de Portugal em que não aparecem. As antigas «ilhas adjacentes», hoje Regiões Autónomas, são vistas quase como uma excrescência da Nação, pequenos mundos à parte e exteriores ao rectângulo ibérico que é, por excelência, a Nação. Há, evidentemente, razões geográficas e históricas que explicam esse facto. Mas verifica-se, também, uma dificuldade de fazer passar para além do círculo restrito das elites mais cultas o discurso sobre a atlanticidade de Portugal, que seria uma forma de incorporar as ilhas num quadro identitário nacional. Porquê?

A resposta ao problema remete-nos para a identificação do território da Nação com espaços eminentemente rurais. A Nação liga-se com a terra, com o húmus onde os portugueses beberam o leite materno e onde estão as suas raízes mais profundas. Esta ideia parece atravessar todas as camadas da sociedade portuguesa e tem uma importante expressão literária e artística. Assim sendo, os discursos sobre a dimensão atlântica da identidade nacional ou, noutras épocas, sobre a pluricontinentalidade não parecem traduzir-se em representações colectivas consistentes. O que nos remete para outra questão muito interessante: a forma como o imaginário imperial, paulatinamente construído pelas elites desde o século passado como mostrou Valentim Alexandre³, foi interiorizado ou não pelos portugueses. Se calhar não foi e é isso que explica a aparente normalidade, assinalada por vários observadores, como a sociedade portuguesa viveu o fim do Império. Afinal, aqueles territórios antes de deixarem de ser portugueses já não o eram para a maioria e, duma forma bastante prosaica e pragmática, pensa-se que não deixamos de ser o que somos por causa da sua perda.

Não será assim em relação às ilhas dos Açores e da Madeira ou, pelo menos, esperamos que não seja, visto que as ilhas eram despovoadas e para todos os efeitos foram uma criação dos portugueses. Mas não deixa de ser chocante a facilidade, para não dizer leviandade, com que são esgrimidos argumentos separatistas por líderes políticos regionais, que continuam a merecer crédito, perante a passividade geral. É um facto que a criação da autonomia político-administrativa tem sido um poderoso factor de estruturação e de afirmação de

identidades regionais que existiam de forma difusa e pouco consciente nas populações⁴. O exercício do poder regional e a veiculação do discurso político das elites insulares nos meios de comunicação social, alicerçado na defesa dos «nossos interesses» e fundamentado em reais ou supostas diferenças em relação aos «continentais», são os vectores fundamentais desse processo. Contudo, também não existem estudos sobre a matéria que permitam perceber de que modo os açorianos e os madeirenses perspectivam a sua identidade.

Os arquipélagos atlânticos são um caso particular no contexto nacional. Em relação ao resto do território, só de forma artificial se podem definir regiões com fronteiras bem definidas. Há divisões do território que resultam da interligação entre os seres humanos e as condições naturais, como têm salientado os geógrafos, os antropólogos e os historiadores, mas as suas fronteiras são fluidas e, sobretudo, não configuram realidades no plano do imaginário das populações. Nesse aspecto, a única ideia que tem raízes históricas e traduz uma forma de identificação dos autóctones entre-si é a antiga divisão em províncias. Ser minhoto, beirao ou alentejano tem um significado identificador para os portugueses, mas não tem uma tradução no plano político-administrativo. Em parte, porque estas unidades territoriais confinaram-se no reinado de D. João III a meras realidades histórico-corográficas, sem qualquer órgão de poder ou autoridade representativa. Uma situação que se viria a manter praticamente até aos nossos dias. Em parte, porque no tecido da sociedade portuguesa permaneceram muito vivas e muito fortes as solidariedades locais, as «micro-pátrias» na expressão de Maria Beatriz Rocha-Trindade⁵, que traduzem bem esse enraizamento à terra que parece caracterizar a identidade portuguesa e são expressivas de uma diversidade bastante persistente. Em parte, porque o Estado foi estruturado com base na centralização dos poderes, apesar das tensões e das resistências.

Foi esse mesmo Estado que, através dos seus instrumentos de ordenamento económico, administrativo e jurídico, acabou por unificar o território e transformá-lo em nacional. Um espaço onde o poder exerce a sua soberania política e sujeita as respectivas populações aos mesmos direitos e deveres. A economia desempenha neste processo um papel fundamental, visto que foram a abolição das barreiras alfandegárias internas, a mobilidade de circulação das pessoas e dos bens e a formação do mercado nacional que deram um impulso decisivo para a construção dessa unidade. O território da Nação é, por conseguinte, não será demais frisá-lo, uma construção humana e o seu valor como referência identificadora das populações depende de representações que também são construídas. A integração do Estado no espaço da Comunidade Europeia, sujeitando os cidadãos a regras supra-nacionais, e o previsto, mas sempre adiado, retalhamento administrativo do país em regiões⁶, com a criação da possibilidade de

expressão política organizada de solidariedades e interesses de ordem infra-nacional, irão ter certamente repercussão na forma como os portugueses representam esta dimensão fundamental da sua identidade que é o território. Tanto mais que as sociedades rurais, que foram durante séculos a base de tradições e de identidades muito fortes, que serviram de base para os ideólogos contemporâneos, sejam eles os liberais e românticos da primeira metade do século, os positivistas e os republicanos posteriores ou os integralistas já deste século, construírem as representações sobre a identidade nacional, estão em rápido e inexorável desaparecimento. O que fica é uma sociedade urbana, massificada, de consumidores, cujas referências são padronizadas pelos meios de comunicação social e, em especial, pela televisão. Isso não significa que alguém possa, seriamente, vaticinar o fim das identidades nacionais, porque elas continuam a desempenhar um papel muito importante na identificação dos cidadãos no mundo actual. Já foi assinalado até um recrudescimento do fenómeno nacional como resposta à massificação e às incertezas do final do século. Mas, seja como for, o que numa perspectiva de análise histórica importa sublinhar é que a Nação e a identidade não são algo de adquirido e imutável.

2. Uma cultura de massas comum

Em torno da problematização da noção de território histórico, acabámos por traçar um quadro breve da própria construção da Nação enquanto entidade política e económica com fronteiras definidas. O caso português caracteriza-se, já referimos, por ser um Estado-Nação perfeito, malgrado o facto das vicissitudes da história não terem permitido criar uma unidade galaico-portuguesa, talvez mais consentânea com o quadro geográfico e cultural original, e sem esquecermos os nostálgicos de Olivença. Mas a representação dessa realidade não é simples nem percebida de forma imediata pelas populações. Foi a lenta estruturação do Estado, a progressiva mobilidade das populações dentro do país e o conhecimento do território que transformaram este num espaço de identificação dos portugueses. A forma como os arquipélagos atlânticos são percebidos como parte integrante desse espaço continua a ser problemático, por causa da descontinuidade geográfica e da própria história. Para todos os efeitos, as ilhas foram durante séculos territórios ultramarinos e evoluíram politicamente de uma adjacência difícil para a constituição de Regiões Autónomas. Não será totalmente errado pressupor que são um caso à parte no mapa mental da maioria dos portugueses, sejam eles do continente ou das próprias ilhas.

Além do território, outra realidade aparece na base das nações: a composição etnocultural das populações. De modo geral, as nações europeias são o resultado

de um *melting pot* e as da Península Ibérica não são excepção. Contudo, a forma como os vários contributos etnoculturais moldam a identidade da Nação é muito complexa e depende de factores que se prendem com a ocupação do espaço pelas populações, a sua mobilidade e as migrações internas. A intervenção do poder político não é inocua neste processo. Mais uma vez, as ciências sociais podem contribuir para esclarecer o problema sempre complexo das origens e dos cruzamentos étnicos que estiveram na base da identidade nacional. Mas, simultaneamente, persistem mitos que têm uma força identificadora muito forte, como é o da identificação dos portugueses com os primitivos lusitanos que Herculano demonstrou ser incorrecta. O poema da Nação, como já foi designada a épica camoneana, intitula-se *Os Lusíadas* e na época moderna foi comum a identificação de Portugal como Lusitânia e dos portugueses como lusos. O reino filiava-se, assim, na longínqua Lusitânia que tinha sido uma província do império romano e sobrevivera ao domínio mouro, ressurgindo sob a forma de reino independente⁶. A ideia manteve-se bastante viva e o Estado Novo apropriou-se dessas referências no quadro da mística nacionalista que pretendeu inculcar nas populações. Uma longa tradição escamoteou o contributo mourisco para a identidade nacional, porque a Lusitânia era um reino cristão que tinha vingado em guerras contra os mouros. Posteriormente, as teses darwinistas e o racismo não serão alheios a esse apagamento dos elementos do norte de África e árabes dos estudos e das representações sobre a identidade da Nação.

Focando o problema das origens e da genealogia da Nação, já estamos no terreno da memória e dos mitos que servem para identificar quem somos. É um domínio que só recentemente começou a ser objecto de análise dos historiadores que têm como instrumento de trabalho as séries discursivas produzidas pelas elites. Mas a desmontagem delas para apreender as linhas de força do discurso identitário em cada época não nos esclarecem sobre o que pensava a grande massa da população. Cada sociedade tem os seus notáveis da memória que têm o papel de perscrutar o passado para estabelecer as suas origens e a genealogia e para manter vivos os registos que permitem traçar a rota da trajectória comum. Tanto os registos que são conservados como as narrativas construídas não são casuais nem neutros. Reflectem valores, concepções e mentalidades que actualizam permanentemente os referentes da memória e laboram na reinvenção dos mitos. Num plano muito genérico, a memória é fundamental para que a Nação se defina como colectivo, como «povo» na linguagem demoliberal herdada do século passado, e para sentir a segurança de uma continuidade histórica, de uma permanência capaz de augurar um futuro com um sentido e um propósito comuns.

A historiografia liberal faz a ruptura com uma memória reinícola, de base dinástica e senhorial, inaugurando uma história que tem como protagonista principal o povo português e, por conseguinte, uma expressão nacional. Ao mesmo

tempo, laiciza a memória demarcando-se de mitos religiosos das origens e colocando na força da vontade dos homens a razão da história. Neste sentido, construiu a primeira história verdadeiramente nacional. Mas essa historiografia e toda aquela que se seguiu não é isenta de construções míticas e ideológicas que, por sua vez, se articulam com as novas realidades políticas e culturais'. Através do sistema de ensino, embora não possamos esquecer os elevados níveis de analfabetismo da sociedade portuguesa e o facto da disciplina de História só tardiamente ter sido valorizada pelos currículos, dos meios de comunicação social, das múltiplas edições de obras de divulgação, em colecções como a *Biblioteca do Povo e das Escolas* para a segunda metade do século passado, e outras formas mais difusas de transmissão dos saberes, a memória da Nação foi sendo construída ao nível das massas.

A memória colectiva dos portugueses configura-se, assim, em torno de representações sobre a origem dos portugueses e os momentos fundamentais de afirmação da independência, como a acção de D. Afonso Henriques, a batalha de Aljubarrota e a chamada Restauração. Tem a sua idade de ouro - na época dos descobrimentos e da expansão portuguesa e os seus heróis, verdadeiros demiurgos da Nação como o Infante D. Henrique ou, noutro registo ideológico, a figura de estadista do Marquês de Pombal. Revê-se em lugares como Guimarães, o apregoado berço da nacionalidade-, a Batalha e o Mosteiro dos Jerónimos, transformados em símbolo de uma gesta nacional- e panteão de Camões e Vasco da Gama, ou o mítico promontório de Sagres onde o mais célebre filho de D. João I sonhou com a expansão de Portugal. Contudo, sobre o passado mais distante e o recente são construídas memórias variáveis consoante os grupos sociais, o posicionamento ideológico e o nível cultural das pessoas. A memória da Nação não é, assim, uniforme e linear, mas um conjunto complexo de representações onde se entrecruzam os mais variados registos e sensibilidades.

É evidente que a Nação, no sentido que temos vindo a expor, é um facto contemporâneo e recente. É um fenómeno que se prende com a centralização dos Estados, com a afirmação do capitalismo e da economia de mercado numa primeira fase do seu desenvolvimento e com a preponderância crescente das *classes médias* característica das sociedades contemporâneas. Mas não deixa de ser também verdade que as nações - a *natio* no termo latino original - radicam em fenómenos de ordem etnocultural e territoriais que remontam a épocas anteriores. A forma como os Estados-Nação se construíram e o equilíbrio estabelecido entre os vários grupos que os constituem é fundamental para compreender os problemas internos da maior parte dos países do mundo, sejam eles de ordem regionalista ou de nacionalidades abafadas pelo poder centralizador, como no caso da Espanha.

No caso de Portugal, como referimos, a única tensão, que não vale a pena escamotear, prende-se com a integração dos arquipélagos atlânticos no espaço

nacional. Apesar de o separatismo ter tido sempre uma expressão muito minoritária nas sociedades insulares e de ser usado mais como uma arma de pressão sobre o poder central para obter a satisfação de reivindicações de ordem financeira ou política. No seu viver quotidiano, pelo menos aparentemente, os açorianos e os madeirenses sentem-se portugueses. No primeiro caso, a memória regional reporta-se sempre ao papel que tiveram na expansão, lugar de cruzamento de rotas e de partida para os descobrimentos do ocidente, e aos mitos da grande resistência ao domínio filipino e do empenho dos açorianos na implantação do regime liberal. Trata-se de uma memória de raiz terceirense, por que foi nesta ilha que os principais factos se passaram, mas as elites locais deram uma expressão regional a estes mitos no seu discurso e usam-nos sempre que pretendem demonstrar que os açorianos são profundamente portugueses⁸. Aliás, nos anos Vinte e Trinta, autores de projecção nacional, como Vitorino Nemésio, ou de âmbito mais regional, como Luís da Silva Ribeiro, viram os açorianos como exemplos vivos dos portugueses da segunda metade de Quatrocentos⁹. Nas palavras carregadas de signos míticos do segundo, o açoriano é «o português puro que nas épocas gloriosas da nossa história se isolou no meio do Atlântico»¹⁰. Essa ideia de uma lusitanidade quatrocentista forjadora das idiossincrasias dos açorianos subsiste até hoje e é um aspecto de identidade tanto regional, porque remete para a origem colectiva no povoamento das ilhas, como nacional.

Assim sendo, a memória e a identidade, seja de uma Região ou de uma Nação, são algo de construído pelas elites e permanentemente reelaborado em função do presente. Não são realidades estáticas, mas dinâmicas que se plasmam em determinadas ideias, noções e imagens que constituem referências para a identificação das pessoas num plano abstracto, que transcende as realidades vividas no quotidiano. Por isso, em obras recentes afirma-se que as nações são «inventadas», na medida em que nenhuma, seja antiga ou recente, é «inata» e evidente para os seus membros¹¹. Esse processo de «invenção» passa, em larga medida, pela construção da memória colectiva e nos Estados contemporâneos pela criação de uma cultura pública de massas comum a todos os cidadãos. Dito de outro modo, por todo um repertório de tradições, de cerimónias e de símbolos que funcionam como signos para a identificação das populações.

Em termos mais concretos, quais as referências que nos ocorrem quando pensamos em tradições nacionais? Vou dar uma resposta possível que é, necessariamente, a de determinadas gerações e não tem qualquer valor em termos gerais¹². O «cozido à portuguesa», um prato bastante primário em termos culinários que faz as delícias de muitos portugueses e que, afinal, também existe noutros países, as mil e uma maneiras de cozinhar o «fiel amigo», o bom vinho tinto, uns sonoros acordes de guitarra e a voz de Amália Rodrigues cantando «era uma casa portuguesa concerteza...». A «casa portuguesa» que o arquitecto Raul Lino

reinventou com o intuito de evitar a descaracterização cosmopolita das urbanizações do país. O cozido e o bacalhau, o vinho e o fado fazem parte dos estereótipos que servem para identificar os portugueses. Contudo, independentemente da origem e da antiguidade de cada um destes comportamentos sociais, só em época recente passaram a constituir parte da imagem dos portugueses. Fazerem ou não parte da identidade depende da forma como são assumidos pelas populações. Os portugueses, em geral, revêem-se nesse estereótipo? A própria ideia da ruralidade portuguesa foi sendo inventada e reinventada pelas elites portuguesas. O Estado Novo impôs uma representação muito forte dela nos cortejos etnográficos e exposições em que folclorizou o país ou nos cartazes que ensinavam aos alunos das escolas primárias a ser bons-portugueses. As tradições são, por conseguinte, inventadas e constituem um factor de socialização e de identificação fundamental, desde que sejam incorporados pelos cidadãos de um país.

As cerimónias são o segundo aspecto da referida cultura de massas que foi enunciado e referimo-nos a todo o conjunto de ritos através dos quais as elites políticas e culturais trazem para o teatro público a sua ideia da Nação e legitimam o seu poder. Não temos ainda uma tipologia dos cerimoniais ditos nacionais, mas é evidente que as cerimónias de empossamento dos chefes de Estado e dos vários órgãos de poder, os feriados históricos e as comemorações dos centenários de acontecimentos e de figuras são três das formas que esses ritos revestem. Em qualquer desses momentos estão presentes memórias e tradições que são encenadas para reafirmar que o poder representa a Nação, que existe uma continuidade e, por conseguinte, um futuro como colectivo. São ritos que pretendem ter um poder tranquilizador e transmitir às populações sentimentos de segurança, mas ao mesmo tempo querem dar uma ideia de mudança, de regeneração, revivescência ou ressurreição, na linguagem carregada de simbolismo religioso que foi utilizada pelo Estado Novo. A posse de novos governantes, os cerimoniais dos feriados históricos e políticos e, sobretudo, das comemorações remetem sempre para o passado, reafirmando com isso valores e ideias do presente e uma vontade de refundação ou renascimento. De certa forma, o colectivo renasce como tal em cada um desses momentos e a sua eficácia depende da carga simbólica e emocional que comportam para as populações.

São ritos através dos quais também se constrói a identidade nacional. Por um lado, através deles representa-se a Nação - as suas instituições fundamentais, os seus líderes, a sua história - e, por outro, fornecem-se signos para a identificação colectiva nas narrativas sobre *nos* e nos símbolos que integram o cerimonial. As narrativas também são simbólicas, na medida em remetem para *representações mentais* sobre o colectivo que pretendem ser atemporais, esquecem a diversidade e a diferença e possuem um forte carga afectiva e emocional

Mesmo quando recorrem à história, cristalizam-na em ideias mais ou menos estereotipadas e procuram servir-se dela como exemplo e como lição. Dois casos paradigmáticos dessas representações são a gesta heróica narrada por Camões e o hino escrito por Henrique Lopes de Mendonça no calor da exaltação nacional contra o ultimato britânico¹³. Apesar da distância histórica que as separa, parecem continuar vivas e intocáveis como símbolos da Nação.

É curioso observar a forma como a ideia do feriado do 10 de Junho evoluiu e como isso traduz, de modo subtil, a reelaboração da própria ideia da Nação. Começou por ser o dia de Camões e da nacionalidade, no tricentenário realizado em 1880. O município de Lisboa apropriou-se dele como feriado da cidade, durante a Primeira República, transformando-o num misto de festa política republicana e de arraial dos «santos populares», por causa da proximidade com o dia de Santo António. O Estado Novo comemorou-o sob o signo da «Nação una e indivisível», alimentando o sonho imperialista do regime. Após o restabelecimento da democracia e com a descolonização, passou a designar-se oficialmente «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas». Temos, primeiro, um Camões erigido em símbolo capaz de regenerar uma Nação decadente. Depois, torna-se o Camões do «povo» da capital que implantou e foi o sustentáculo do regime republicano, contra o Portugal rural e católico. O Estado Novo deu-lhe novamente projecção nacional e, sobretudo, imperial dentro do quadro ideológico do regime. Aliás, recuperando da mitica camoneana um dos aspectos mais fortes que se prende com a ideia da «gesta heróica» da Nação e do Império. Não foi por acaso que um dos gestos da reacção ao ultimato, em 1890, consistiu em envolver de crepes a estátua de Camões. Por último, com o fim do Império, Camões torna-se o símbolo de uma Nação alargada que incorpora a dispersão territorial dos portugueses e dos seus descendentes, espalhados pelo mundo, e a noção de que a «a minha pátria é a língua portuguesa»¹⁴.

A língua é, de facto, um dos elementos mais poderosos de identificação das populações. Muitas nacionalidades e regionalismos têm travado combates pela defesa de línguas, ou de simples variantes dialectais, praticamente extintas como forma de afirmar a diferença e a identidade. No caso português, o problema não existe e a língua é o principal elemento de unidade nacional. Neste aspecto, a intervenção do Estado português foi limitada e não foi necessário, como noutros países europeus, impor uma língua a todo o país. Contudo, a padronização da língua portuguesa foi um processo e o estabelecimento de normas e regras linguísticas e ortográficas é uma parte importante da construção da identidade nacional. Os brasileiros têm o seu português, escrito e falado de modo bem característico, e é natural que as jovens nações africanas venham a ter também padrões de língua diferentes do modelo original, resultantes da fusão com as línguas locais e com outros universos mentais. Mesmo que, por razões de ordem

política e económica, os Estados africanos mantenham a norma de Portugal, na prática o português falado nesses países já tem formas diferentes. Não podemos esquecer que a divulgação do português, como língua de comunicação entre falantes de línguas muito diversas e como factor de identificação nacional, é um processo muito recente que tem avançado à medida que os novos Estados têm escolarizado as suas populações. O domínio colonial produziu relativamente poucos falantes de português.

Noutro plano, que já não é o da cultura de massas, situam-se os estudos e as investigações sobre o «carácter nacional», sobre a «psicologia portuguesa» ou, de forma mais genérica, sobre o modo de ser português. É uma perspectiva de análise datada que já não é hoje defendida pelas ciências sociais. O estudo de Jorge Dias e de Francisco da Cunha Leão são exemplos desse tipo de trabalhos que acabaram também por contribuir para criar certas imagens do português¹⁷. Parte da obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freire e, sobretudo, o aproveitamento político que dela foi feito pelo Estado Novo, nos anos cinquenta e sessenta, foi o veículo de um discurso ideológico que servia para fundamentar a ideia da Nação transcontinental - o luso tropicalismo. Há ideias marcantes que passaram para o imaginário nacional: a da especial capacidade de adaptação dos portugueses e a forma como são capazes de estabelecer uma quase simbiose com o meio envolvente e a da propensão para a mestiçagem.

Numa perspectiva totalmente diferente situam-se os ensaios de Eduardo Lourenço sobre a cultura e a identidade portuguesa. Nos seus textos procura interrogar os mitos, as ideias e as imagens que os portugueses têm sobre si próprios e sobre o seu «destino»¹⁸. Mas é, ao mesmo tempo, o produtor de um discurso que tem servido de referência para as representações actuais sobre a identidade nacional. Numa linha humanista e ecuménica, nele a questão da memória dos descobrimentos e da dispersão dos portugueses pelo mundo é vista como um elemento crucial da identidade portuguesa. Uma «espécie de bilhete de identidade que cada um de nós traz no bolso interior da sua alma: descobrimos e baptizámos a Terra, de Cabo Verde a Índia, do estreito de Magalhães às Filipinas»¹⁹. Na sua opinião, sonhamos «sonhos maiores do que nós», mas são eles que permitirão «sem perda de identidade, preservar uma presença nossa no mundo e do mundo em nós não muito indigna daquela que, num momento solar, nos definiu como povo de mediação europeia com vocação universal»¹⁸.

Em suma, a identidade seja dos indivíduos, dos grupos ou das nações é uma construção, uma invenção de si próprios. Nesse processo a memória desempenha o papel central, porque é através dela que reelaboramos o que fomos no passado em função do que somos no presente e do que queremos ser no futuro.

Notas

¹Anthony Smith, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997 (1ª ed. inglesa, 1991)

²Orlando Ribeiro, «A formação de Portugal», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto Iniciativas Editoriais, s.d., p. 165; Ver também *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboços de relações geográficas*, 5ª ed., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1987

³Valentim Alexandre, «A África no imaginário político português (séculos XIX e XX)» in *Penelope*, Lisboa, nº 15, 1995, pp. 39-52

⁴Maria Isabel Joao, «Identidade e Autonomia» in *Ler História*, nº 31, Lisboa, 1996, pp. 103-131

⁵Maria Beatriz Rocha-Trindade, «As micro-patrias do interior português» in *Análise Social*, vol. XXIII (98), 1987, pp. 721-732.

⁶Ana Cristina Nogueira da Silva e A. M. Hespanha, «A identidade portuguesa» in José Mattoso, (dir.), *História de Portugal*, Vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 19-33

⁷Sérgio Campo Matos, *Memória e Nação: Historiografia Portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*, Dissertação de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras, 1995; Luis Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *A História da História em Portugal sécs. XIX-XX* Lisboa, Circulo de Leitores, 1996

⁸Maria Isabel Joao, «Memória e identidade regional. O caso dos Açores» in *Actas do Encontro da Associação de História Económica e Social*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1996

⁹Vitorino Nemesio, «O Açoriano e os Açores» in *Sob os Signos de Agora. Temas Brasileiros e Portugueses*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932

¹⁰Luis da Silva Ribeiro, «Os Açores de Portugal» In *Obras II, História*, Angra do Heroísmo, 1983 (escrito em 1919). É interessante assinalar que Luis da Silva Ribeiro faz esta conferência no auge de uma campanha de contornos autonomistas-separatistas que teve como centro a ilha de S. Miguel, na sequência da Primeira Guerra Mundial e da crise político-financeira que se lhe seguiu. É um terceirense a lembrar aos micalenses que são portugueses. Ver sobre o homem e a sua obra: Carlos Enes, «Luis Ribeiro e a sua época» in Luis da Silva Ribeiro, *Obras IV, Escritos Político-Administrativos*, Angra do Heroísmo, 1996, pp. 15-98

¹¹J. Fentress e C. Wickham, *Memória Social*, Lisboa, Teorema, 1994

¹²Por falta de estudos sobre o assunto, desconhecemos quais são as representações dos portugueses sobre a sua identidade e sobre o conjunto de memórias, tradições, cerimónias e símbolos que lhe estão associados.

¹³É evidente de que é mais intocável o poema de Camões do que o hino de Lopes de Mendonça. Mas quando o escritor Alcêda Baptista veio propor que se arranjasse outro hino, mais de acordo com os novos tempos, muita gente ficou indignada. Com o tempo é possível que mais gente se interrogue sobre o sentido que faz cantar a plenos pulmões - contra os canhões marchar, marchar ... - quando a tropa deixou de ser um serviço cívico nacional e passou a ser uma actividade para profissionais. E este é só um dos aspectos, talvez não tão insignificante como possa parecer, dos problemas que a letra do hino coloca.

¹⁴Maria Beatriz Rocha-Trindade, «O diálogo instituído» in *Nova Renascença*, Lisboa, Julho/Setembro de 1984, p. 232

¹⁵Jorge Dias, «Estudos do carácter nacional português» in *Estudos de Antropologia Cultural*, nº 7, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1971; Francisco da Cunha Leão, *Ensaio de Psicologia Portuguesa*, Lisboa, Guimarães Editores, 1971; Idem, *O Enigma Português*, 2ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1973

¹⁰Veja-se em especial: *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, 3ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1978; *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988

¹¹Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 11

¹²*Ibidem*, p. 23. Artigo publicado no *Expresso* em 4 de Julho de 1987 com o título -Portugal - Identidade e Imagem-.

* O referendo nacional sobre a regionalização, realizado em 1998, parou o processo, vencendo a posição contrária à criação de regiões administrativas.